



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.468, DE 2023**

**(Do Sr. Benes Leocádio)**

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para torná-la compatível com o art. 185, II, da Constituição Federal, segundo o qual a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-4357/2023.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. BENES LEOCÁDIO)

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para torná-la compatível com o art. 185, II, da Constituição Federal, segundo o qual a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para torná-la compatível com o art. 185, II, da Constituição Federal, segundo o qual a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.

**Art. 2º** Os arts. 2º e 9º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º e que, simultaneamente, for considerada não produtiva nos termos do art. 6º, é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais.

.....”

(NR)

.....

“Art. 9º. ....

.....

§7º Nos termos do art. 185, II, da Constituição Federal de 1988, não é passível de desapropriação a propriedade



produtiva, assim considerada a propriedade que atenda aos requisitos estabelecidos no art. 6º desta Lei.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor à data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Em recente decisão, proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3865, o Supremo Tribunal Federal (STF) manifestou entendimento que contraria o texto estabelecido pelo Constituinte. Enquanto o art. 185, II, da Magna Carta é de clareza solar ao estabelecer que a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação, a Corte Constitucional caminhou em sentido contrário, e reconheceu a possibilidade de desapropriação da propriedade que produz<sup>1</sup>.

A decisão chama a atenção para a necessidade de alteração de dispositivos da Lei nº 8.629, de 1993, de forma a impedir que ocorra a desapropriação da propriedade produtiva, garantindo-se o respeito à Constituição Federal.

Note que o fato do STF ter considerado constitucional um dispositivo legal não é impeditivo a que o Parlamento retire esse dispositivo do ordenamento jurídico.

Em primeiro lugar, como bem pontua a chamada “teoria dos diálogos constitucionais”, não cabe ao judiciário o monopólio da interpretação constitucional: “(...)ao se converter o papel de guardião no de monopolizador da última palavra, a supremacia que seria da Constituição se transmuta em supremacia do órgão jurisdicional – concepção equivocada da jurisdição constitucional (STRECK; SANTOS JÚNIOR, 2014)”<sup>2</sup>.

Em segundo lugar, dizer que um dispositivo é compatível com a Constituição não significa dizer que outro dispositivo não é.

1 Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513467&ori=1>.

2 BARREIRO, Guilherme Scodeler de Souza; e CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza: Última palavra e diálogos constitucionais. Disponível em [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/231/ril\\_v58\\_n231\\_p181.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/231/ril_v58_n231_p181.pdf)



Diante do exposto, esta proposição busca alterar a lei que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária”, de forma que fique integralmente compatível com o disposto no 185, II, da Constituição Federal, segundo o qual a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação.

Por ser medida justa e de respeito à Constituição Federal, convocamos os pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado BENES LEOCÁDIO

2023-15287





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993</b> Art. 2º, 6º, 9º	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993-0225;8629">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993-0225;8629</a>
<b>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> Art. 185	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988</a>

**FIM DO DOCUMENTO**